



v13n26
Julho-Dezembro de 2016
ISSN: 1984-9206

UM MANUAL PARA A HISTÓRIA DA LÓGICA DIALÉTICA

Matheus Silva Freitas

Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

PIBIC/COPES

E-mail: silvafreitasmatheus@hotmail.com

BERTI, Enrico. **Contradição e dialética nos antigos e nos modernos**. Trad. José Bortolini. São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção philosophica).

Embara lançado originalmente em 1987, *Contradição e dialética nos antigos e nos modernos*, do italiano Enrico Berti, apenas em 2013 foi publicado em português, com tradução de José Bortolini, para satisfação da comunidade filosófica brasileira. O autor tem formação em Estudos de Filosofia Antiga, principalmente a aristotélica, e atualmente leciona História da Filosofia na Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Pádua. A clareza do texto, logo de saída, chama a atenção, quer pensemos na linguagem utilizada, na exposição dos seus objetivos e mesmo no procedimento seguido para alcançá-los. Isto é patente desde seu capítulo introdutório, no qual Berti aponta qual fator específico motivou o surgimento da obra, como e onde ele pretende chegar com sua pesquisa.

A motivação por trás do livro é o desejo de solucionar uma “crise”. Enquanto filósofo em atividade, Berti, ainda que especializado no pensamento dos antigos, denuncia essa crise sofrida pela filosofia na atualidade:

A crise da filosofia hoje se deve em grande parte à persuasão de que esta não possui mais qualquer estrutura lógica, pois se assume preconceitualmente que os únicos procedimentos argumentativos aceitáveis são aqueles usados pelas ciências, matemáticas, naturais ou humanas, mas de qualquer forma “positivas” [...] (pg. 8).

Portanto, a filosofia se encontra diante de uma disjunção exclusiva. Ou ela acata os procedimentos argumentativos em voga na atualidade, e perde sua distinção em relação à ciência, ou rejeita qualquer forma de argumentação e limita-se “a um discurso substancialmente arbitrário, embora interessante e sugestivo” **159** (pg. 8). E então, se valendo da posição de historiador da filosofia, o italiano expõe seu objetivo. Ele pretende buscar, na história da filosofia, uma estrutura lógica

FREITAS, Matheus S. Um manual para a história (resenha). p.159-167.

peculiar à filosofia, distinta, porém não menos rigorosa, que a estrutura da ciência. Na hipótese defendida no livro, a dialética, entendida como demonstração por refutação, é essa estrutura.

Para levar adiante sua tarefa, Berti divide o livro em duas partes. Na primeira, em quatro capítulos, se detém no estudo da dialética durante a Antiguidade, mais precisamente, de Parmênides até Aristóteles. Na segunda parte, também dividida em quatro capítulos, o mesmo é feito em relação à Idade Moderna, e o recorte abarca de Kant à atualidade. Não por acaso, a palavra *contradição* está estampada já no título do livro, além de aparecer nos seus oito capítulos. No registro muito bem delimitado e adotado por Berti, a *contradição*, junto com a *refutação*, forma um binômio que se implica mutuamente, necessário e intrínseco ao método dialético.

No primeiro capítulo, *A contradição exorcizada, ou a dialética da identidade, no eleatismo e em seus epígonos*, Parmênides é defendido como o descobridor da contradição. Na exegese do poema parmenídeo, Berti destaca sempre a concepção unívoca do *ser*, presente no pensamento do eleata. Enquanto o *ser* é entendido em um único sentido, de absoluta identidade consigo mesmo, não é possível contradizê-lo, ou seja, não é possível dizer que o *ser* não é. Com restrições, Berti atribui a Parmênides também a inauguração da refutação, o outro elemento basilar da dialética. Quando o grego, por exemplo, demonstra que o *ser* é “não gerado”, “imperecível”, “imóvel” e “imortal”, o faz mediante a refutação do devir. Mas, para realizar essa refutação, Parmênides já tem como pressuposta a univocidade do *ser*, e por isso a sua argumentação não constitui uma autêntica refutação dialética, ela toma como provado aquilo que deseja provar, ou seja, que o *ser* é unívoco. A argumentação circular, como é conhecida hoje, já não é mais encontrada em Zenão, e com ele a proto-dialética praticada por Parmênides ganha claramente uma formulação, como bem mostrará Berti. Trata-se de refutar uma hipótese, deduzindo dela uma contradição, e essa era uma atitude tipicamente zenoniana. Para elucidar essa forma argumentativa, conhecida hoje como redução ao absurdo, Berti lista os principais argumentos de Zenão, os quais rechaçavam a existência do movimento, e dentre os quais estão seus famosos paradoxos. Neles, de uma tese se deduz uma consequência contraditória a noções empíricas comumente aceitas, como acontece na célebre corrida entre Aquiles e a tartaruga. No mais, Zenão exercita propositalmente a refutação, e esta só é possível mediante a aceitação, ainda que não formulada explicitamente, da noção de contradição e da pressuposição da univocidade do *ser*. Pois a lógica de Zenão, assim como a de Parmênides, ainda não comporta, em qualquer situação, a predicação de qualidades opostas a um mesmo *ser*, como repouso e movimento, por exemplo.

FREITAS, Matheus S. Um manual para a história (resenha). p.159-167.



A tese de Berti, segundo a qual é a dialética a estrutura argumentativa peculiar da filosofia, começa a ganhar força quando o procedimento discursivo de Górgias é estudado. O sofista segue praticamente o mesmo método de Zenão, já tomado definitivamente como dialético. No que Berti considera como a mais original refutação de Górgias a Parmênides, a semelhança metodológica entre o sofista e o eleata pode facilmente ser percebida. Se se admite que o ser é ser, e o não ser é não ser, admite-se que o não ser é alguma coisa, e então é necessário que o ser, sendo seu contrário, nada seja. Assim vemos Górgias deduzir, de uma hipótese, uma conclusão que a contradiz, e isso por sua vez já mostra como ele também assume a contradição como uma peça chave da argumentação filosófica. Antes de encerrar este capítulo, Berti passa por alguns discípulos de Sócrates, como Antístenes e Euclides de Megara, e por alguns seguidores da escola megárica, como Eubúlides e Estilpão. Todos estes são fiéis à concepção parmenídea de um ser unívoco e o objetivo, com a exposição do pensamento deles, é mostrar a degeneração sofrida pela dialética em suas mãos; tal sucede porque eles levam essa univocidade às últimas consequências, e a isso se soma a ideia de que a menor possibilidade de contradição no discurso deve ser exorcizada. Só poderíamos dizer do homem, por exemplo, que ele é homem, e do bom que ele é bom, mas jamais poderíamos predicar do homem a bondade, com a alegação de que assim se predica do homem algo diferente dele. Com a pressuposição da univocidade do ser, bem como a noção da existência da contradição e da necessidade de evitá-la a qualquer preço, a capacidade humana de proferir discursos é anulada.

No Capítulo II, *A contradição absolutizada, ou a dialética imponente, no heraclitismo e seus epígonos*, Berti estudará o que considera como tentativas de salvar o discurso. Inicia o capítulo por Heráclito, pois este é considerado por alguns de seus contemporâneos – caso de alguns sofistas – e bem mais tarde por Hegel, como o afirmador da existência objetiva, real, da contradição e de seu caráter absoluto. Da sua parte, Berti intenciona afastar-se da exegese hegeliana acerca dos fragmentos de Heráclito, pois não atribui a este a emissão de proposições contraditórias. Quando Heráclito diz ser a água do mar a mais pura e a mais impura, ou então que no mesmo rio entramos e não entramos, somos e não somos, adota um ponto de vista relativo. Portanto, não há contradição, embora, em muitos dos seus fragmentos, a relação entre os termos não tenha sido bem estabelecida (cf. pg. 62ss).

Mas algumas correntes negaram explicitamente o princípio de não contradição, e Berti vai investigá-las. É feita uma seleção das várias refutações

FREITAS, Matheus S. Um manual para a história (resenha). p.159-167.



direcionadas às teses protagóricas e dos sofistas menores, ponto alto do capítulo. Essa coletânea de refutações, por assim dizer, inclui objeções, não só de Aristóteles, mas também de Platão, as quais elucidam o quão são atacados Protágoras, por defender que tudo é verdadeiro, e os sofistas menores, quando pretendem que tudo é falso. Para Berti, a preocupação por trás da refutação dessas teses é justificada. Se tudo é verdadeiro, a dialética degenera em erística, não há contradição e tampouco refutação. E se se admite ser tudo falso, somos reduzidos, como bem notou Aristóteles, à condição de uma planta, morre o discurso. Enfim, Heráclito, Protágoras e outros sofistas certamente deixaram de lado a noção unívoca do ser, mas, por desconsiderarem a importância de se evitar a contradição, também cavaram a sepultura da dialética. Não obstante o relativismo protagórico, Berti ainda considera o sofista como um segundo inventor da dialética, pois ele

não só se exercitou na refutação, como ensinara Zenão, mas inseriu o procedimento da refutação no contexto do diálogo direto entre duas pessoas, feito de breves perguntas e breves respostas e, portanto, diferente do discurso longo e monológico pronunciado pelo orador a um auditório calado [...] (pg. 87).

No Capítulo III, ainda da Primeira Parte, *A contradição em ação, ou a dialética como estrutura da filosofia em Sócrates e em Platão*, o itinerário rastreia o resgate, empreendido por Sócrates e Platão, da noção de contradição, sem a qual a dialética morre. Logo no início do capítulo temos uma tomada de posição categórica, quando Berti diz, de Sócrates e Platão, que eles elevaram, definitivamente, a dialética ao nível de “estrutura do discurso filosófico” (pg. 101). O grande mérito de Sócrates, diz o autor de *Contradição e dialética*, foi unir a refutação por redução ao absurdo, descoberta por Zenão, ao hábito protagórico de substituir o discurso longo dos oradores pelo discurso breve dos diálogos, os quais se davam mediante perguntas e respostas curtas. Para tratar do procedimento filosófico de Sócrates, Berti parte dos primeiros diálogos platônicos, *Eutífron*, *Hípias Maior*, *Cármides*, *Láques*, *Lísias* e o Livro I da *República*. Esse estudo o permite mapear os elementos característicos da dialética em Sócrates, além de proporcionar uma exegese bastante didática, porém consideravelmente densa, do pensamento socrático. Berti faz praticamente uma anatomia da dialética de Sócrates, e aponta nelas elementos cruciais para seu funcionamento, como a *pergunta primária*, as *perguntas secundárias*, o *consenso (homologia)* e, é claro, a *refutação*. No mais, a conclusão é de que Sócrates e seus interlocutores têm claramente uma noção da contradição, ou não haveria sequer o consenso de rejeitar como falsa uma tese de onde se extraem consequências contraditórias

a ela.

E a densidade das informações e análises do livro só cresce, quando o autor começa a esquadrihar a dialética de Platão. Com este, a dialética passa a ser dotada de uma propriedade que nenhum filósofo até então havia conseguido lhe dar. A partir da posse dessa propriedade, a dialética cumpre os requisitos para ser o procedimento argumentativo distintivo da filosofia. Trata-se da capacidade de proporcionar algum conhecimento positivo, e não limitar-se à refutação, como foi até Sócrates, ou no máximo, com este, a alcançar um conhecimento negativo, o de que x não é y . A análise da dialética platônica no *Mênon*, *Fédon*, *República* e *Parmênides* encaminha a pesquisa de Berti. Enfim, ele encontra no livro VII da *República* uma luz para explicar o caráter construtivo da dialética. O segredo está em, ao analisar as hipóteses, *executar todas as refutações*. Dessa forma, “após haver refutado todas as hipóteses possíveis, relativas a determinada questão, é que se tem a segurança de que aquela que permanece, isto é, que resiste às refutações, é a verdadeira” (pg. 125). Esta concepção de dialética, referente à relação entre hipótese e refutação, será esclarecida definitivamente, segundo Berti, no diálogo *Parmênides*. Ele empreende uma análise consideravelmente complexa desse diálogo, e enxerga, no que para muitos termina em aporia, uma conclusão *positiva*, a de que entre o um e os muitos a “relação é a única eventualidade aceitável” (pg. 138). Isso abre as portas para uma concepção do *ser* que até então não havia sido pensada. O ser não é mais tomado de forma unívoca mas, mesmo assim, é possível proferir discursos sem que eles sejam, necessariamente, contraditórios. Pois bem, o italiano desenvolve essa questão com a explicação da teoria platônica das formas; se se adere a ela é possível dizer, de uma mesma coisa, que ela é grande e pequena, por participar simultaneamente das formas de grande e de pequeno, sem proferir com isso proposições contraditórias.

O Capítulo IV concentra toda a abordagem em Aristóteles e contém o adicional de ter sido elaborado por um especialista do aristotelismo. Se Sócrates e Platão rejeitaram apenas de forma implícita a contradição, ela é explicitamente teorizada e tem seu princípio formulado pela primeira vez por Aristóteles. Da sua *Metafísica* são colhidas as passagens em que o princípio é formulado, bem como os argumentos em defesa da assunção dele como um axioma. Mas, para Berti, não é possível falar de dialética em Aristóteles sem mencionar também o princípio do terceiro excluído, o qual decorre do princípio de não contradição. Por sinal, a partir da abordagem da lógica aristotélica, o princípio de não contradição passa a ser abreviado como “p.d.n.c”, e o princípio do terceiro excluído como “p.d.t.e”. Com esses dois princípios considerados, dá-se a formulação do clássico quadrado



aristotélico, ferramenta responsável pelas demonstrações dialéticas em Aristóteles. Com efeito, é a “filosofia primeira”, ou metafísica, segundo o intérprete, o campo onde Aristóteles descobre a maior eficácia da aplicação do método dialético. Então ele reconstrói, de forma sistemática e detalhada, um raciocínio aristotélico que considera como construído em forma dialética, contido na *Metafísica, IV 8, 1012 b 22-28*. Tudo começa com a refutação de Aristóteles às teses de Heráclito, *tudo está em perene movimento*, e de Parmênides, *não há movimento*. Aristóteles aponta uma “contradição interna” a essas conclusões, após o que infere, se valendo da força do princípio do terceiro excluído, suas contraditórias, respectivamente, *algo não se move e algo se move*. A partir disso, Aristóteles extrai consequências das duas novas teses e postula, então, para explicar de modo satisfatório o movimento, a existência do motor imóvel. Portanto, na tese ousada e original de Berti, através do método dialético Aristóteles chega a uma das mais relevantes conclusões de sua filosofia, a existência do motor imóvel.

Na Parte II do livro, quando se passa à abordagem do período da modernidade, Kant é o primeiro filósofo estudado. Berti explica a rejeição da formulação aristotélica do princípio de não contradição, por parte de Kant, e como este o formula de outra maneira, sob forte influência da lógica eleática. Até então, uma explícita violação ao princípio de não contradição, de acordo com a lógica aristotélica, teria a seguinte forma: “A é B, A é não B”; em Kant, porém, a contradição passa a ser expressa por “A é não A” (cf. pg. 235). Ou seja, ela é pensada como a negação de um predicado essencial, como acontece, por exemplo, quando se fala em um triângulo de quatro lados. Essa abordagem da contradição, inclusive, ajuda a evitar que se confunda o uso empírico do “intelecto” (ver observação a seguir) com seu uso puramente intelectual. Direcionada a essa utilização do intelecto puro é formulada a *lógica transcendental*, a qual Kant divide em *analítica* e *dialética*. A primeira expõe os elementos do conhecimento puro do intelecto, ou seja, as categorias, e os princípios sem os quais nenhum objeto pode ser pensado. Esses elementos e princípios do intelecto, para Kant, devem ser aplicados somente a objetos dados pela intuição empírica; quando, porém, eles são aplicados de modo “hiperfísico”, isto é, metafísico, faz-se deles um uso dialético. Em tal circunstância, a dialética pode ser entendida em dois sentidos: primeiro, como uma arte de suscitar a aparência – inclusive a metafísica, para o alemão uma pseudociência, estaria contida nessa classe; no segundo sentido, a dialética é tomada como a crítica da aparência, isto é, como uma crítica de discursos que de verdadeiros só têm a aparência, caso também da metafísica. Em suma, a função da dialética transcendental, para Kant, é denunciar o uso equivocado da razão e

do intelecto. Decerto o leitor sentirá certa estranheza com aparecimento do termo “intelecto”, enquanto temos, no português, a palavra “entendimento” como tradução já consolidada do termo originalmente usado por Kant, *Verstand*. Mas, para além dessa disparidade na tradução, não se pode, enfim, perder de vista que o uso correto da dialética, em Kant, não deve tomar partido nem para confirmar teses metafísicas nem para refutá-las. Deve manter-se imparcial e limitar-se a revelar a inutilidade da luta entre as tentativas de corroborar ou refutar essas teses, e isso por si só já presta uma enorme contribuição na busca pela verdade.

No capítulo seguinte, quando a dialética de Hegel é objeto de análise, Berti consegue tornar bastante acessível um autor de difícil compreensão. Ele expõe os pressupostos de Hegel, a saber, as críticas a Kant e a exegese de alguns pontos bem específicos do platonismo, os quais sustentam a tese de que a realidade é contraditória. Além disso, encontramos por que, para Hegel, a lógica até então usada não consegue dar conta de conhecer a realidade. Cada ponto desses é crucial para entender a elaboração hegeliana da *nova dialética*, na qual a contradição passa a ser a raiz de todo movimento e toda vitalidade. Em seguida, Berti sistematiza o núcleo formal da dialética hegeliana, para depois empreender uma refutação forte e incisiva contra ela. No entanto, é preciso dizer, as críticas de Berti a Hegel seguem praticamente a mesma tônica, qual seja, a de que, se se aceita a contradição como algo real, é impossível sequer proferir qualquer doutrina, mesmo acerca da contradição; suponho que outros intérpretes diriam que não há, nisso, uma verdadeira crítica interna ao sistema de Hegel. Entrementes, a conclusão a que o crítico chega é que não é possível supor a existência real da contradição, como faz Hegel, e mesmo assim sustentar a validade do princípio de não contradição, como o mesmo pretende. Ora, se se convive com a contradição na realidade, então não é possível refutar nada, tampouco demonstrar qualquer coisa (*cf.* pg. 337).

No Capítulo III da Segunda Parte, é explicitada a filiação de Marx à dialética de Hegel, mas com foco na reviravolta que aquele empreende na lógica deste. Para Marx, Hegel encontrou a expressão lógica, especulativa, para o movimento da história, mas não passou dessa descoberta meramente abstrata. A inovação marxista é a aplicação da lógica dialética a situações mais concretas, ou, para dizer melhor, à vida prática, e as relações econômicas podem ser entendidas como fulcro da teoria de Marx a partir dessa concepção. O italiano seleciona, então, passagens de várias obras de Marx, aponta nelas os elementos formais aproveitados da dialética de Hegel e evidencia a mudança de conteúdo empreendida nela. Com efeito, a relação entre trabalho e propriedade



privada assume o núcleo da dialética. Mas, ao fim dessa investigação, Berti não se convence de que as supostas contradições, apontadas por Marx, constituam qualquer problema. Por exemplo, Marx toma como uma contradição inerente ao capitalismo o fato de que esse sistema valoriza um produto desvalorizando-o, referindo-se, com isso, à dissonância entre “o objetivo’ da produção capitalista, isto é, a valorização do valor-capital existente, e o meio ao qual ela recorre para realizar este objetivo, isto é, o desenvolvimento de novas forças produtivas em detrimento das já existentes” (pg. 350).

Mas, segundo Berti, isto constitui apenas “um conflito entre fim e meio”, e não uma verdadeira contradição, isto é, “a afirmação e contemporaneamente a negação do fim ou a afirmação e contemporaneamente a negação do meio” (pg. 352). Na economia, a relação descrita por Marx é plenamente compreensível. Para concluir sua abordagem a respeito das dialéticas hegeliana e marxista, Berti as elogia como excelentes ferramentas para interpretar os principais caracteres da realidade, sobretudo da realidade histórica, como suas diferenças, sua dinamicidade e seu caráter conflituoso. Entretanto, ressalta que

se a contradição pudesse estar presente, ainda que por um instante apenas, na realidade, isto é, se o p.d.n.c. admitisse ainda que uma só exceção, não se vê por que motivo ela deveria ser afastada, porque, não tendo o p.d.n.c. validade absoluta, ela poderia muito bem continuar permanecendo aí. Se, pelo contrário, o p.d.n.c. vale em todos os casos, a contradição não pode subsistir na realidade sequer por um momento (pg. 374).

Com essa posição, Berti sentencia que não se pode aceitar a existência da contradição na realidade e ao mesmo tempo alegar a validade do princípio de não contradição, caso se queira preservar a refutação, elemento indispensável à dialética. Em sua opinião, a dialética, conforme a tomaram Hegel e Marx, definitivamente não tem força demonstrativa. Entretanto, o autor da crítica reconhece que, no caso de Hegel, “o discurso é mais complicado, dada a impossibilidade de distinguir pensamento e realidade” (pg. 374).

Talvez isso justifique o porquê das inúmeras tentativas de formalizar a lógica dialética de Hegel, surgidas a partir da década de 1960 e expostas no último capítulo do livro. Dentre essas tentativas, Berti destaca algumas, empreendidas pelas lógicas polivalentes e pelas lógicas paraconsistentes. Toda essa mobilização visava subtrair a lógica hegeliana das duras críticas feitas por Popper, as quais também têm seu espaço nesse capítulo final. No fim da análise de todas as tentativas de formalizar a lógica dialética, Berti aponta um primado da não contraditoriedade, o não poder aceitar coisas contraditórias, sobre a

contraditoriedade absoluta, a posição de tomar a contradição como real, insistindo no seu argumento contra Hegel: “pelo menos os símbolos com que são expressas as contradições devem ser determinados, isto é, devem ser aquilo que são e não outra coisa” (pg. 415), ou não seria possível sequer expressar as contradições que se deseja admitir.

Pois bem, o livro conclui, após longa abordagem, que “a estrutura lógica da filosofia é o procedimento dialético, entendido como demonstração por refutação” (pg. 455). Não faltam argumentos na exposição de Berti, e eles são suficientemente claros e pontuais para que o leitor tire suas próprias conclusões a respeito da tese proposta ao final da investigação. Mas estaríamos empobrecendo injustamente o valor do livro, se condicionássemos sua importância simplesmente ao debate da estrutura lógica da filosofia. A obra de Enrico Berti, embora explicitamente não ter sido esta a sua pretensão, constitui um estudo de história da filosofia bastante abrangente, não só da dialética, mas de particularidades do pensamento dos inúmeros filósofos comentados. Na análise dos antigos, Berti fala com a propriedade de um especialista, e quando passa aos modernos mantém a desenvoltura e a segurança, embora empreenda com menos densidade suas análises. Em ambas as situações, contudo, ele mantém o caráter didático de sua exposição, e, no final de todos os capítulos, há um resumo da situação da lógica dialética após os diferentes usos que cada filósofo fez dela; dessa forma o leitor não perde de vista o rumo tomado pela longa investigação realizada pelo autor. *Contradição e dialética nos antigos e nos modernos* não é desprezível para quem se interesse pela lógica em geral, e não deve ser negligenciado por nenhum estudioso da lógica dialética, desde que não tome o livro como um material definitivo quanto à interpretação dessa lógica, principalmente em se tratando de Hegel e Marx. E quem tem interesse em história da filosofia encontrará uma boa síntese do pensamento filosófico de autores marcantes da antiguidade e da modernidade.

